SEMINÁRIO
POLÍTICAS
PÚBLICAS
JUVENTUDE
EM PAUTA
2010

Texto para Discussão

TRABALHO

O processo de construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil – questões para o diálogo

Maria Carla Corrochano[1]

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude é resultado de um intenso processo de reflexão e debate realizado no âmbito do Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude, ao longo do último ano. Seus antecedentes podem ser encontrados em diálogos e diagnósticos realizados a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)2. Com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Subcomitê é formado desde 2008 por representantes do governo federal, das organizações de empregadores, de trabalhadores e da sociedade civil.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho decente compreende um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, apoiando-se em quatro pilares estratégicos: a) o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação; b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d)diálogo social (ANTD, 2006). No Brasil, a promoção do Trabalho Decente passou a ser um compromisso assumido entre o governo brasileiro e a OIT a partir de 2003, tendo continuidade com a elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD, 2006) e do Plano Nacional de

---

[1] Socióloga, doutora em Educação e Assessora do Programa Juventude da Ação Educativa. Foi consultora do Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude.

[2] Seus documentos balizadores foram dois diagnósticos sobre a condição juvenil no mercado de trabalho, que resultaram em três publicações específicas: *Trabalho decente e juventude no Brasil* (OIT, 2009); *Jovens e Trabalho no Brasil: a Desigualdades e Desafios para as Políticas Públicas* (Corrochano et al, 2008); e o documento Diretrizes e Perspectivas para a Política Nacional de Juventude (Conjuve, 2006). Nesse contexto, fui convidada no final de 2009 por Laís Abramo, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, e por José Eduardo Andrade, da Secretaria Nacional da Juventude, aos quais agradeço a confiança, para sintetizar esses e outros documentos e pesquisas sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, bem como para apresentar uma primeira proposta de prioridades e linhas de ação para a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude do Brasil.

Emprego e Trabalho Decente (PNTD, 2010), ambos realizados em consulta às organizações de empregadores e trabalhadores.

Por que, então, uma Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude? Essa foi a primeira questão debatida pelo Subcomitê. Representantes do governo, das entidades empresariais e dos sindicatos estão de acordo quanto à necessidade de um olhar específico voltado à juventude no contexto da promoção do trabalho decente, e as razões apresentadas são múltiplas.

O trabalho tem intensa presença na vida dos jovens brasileiros, e os desafios para avaliar e construir políticas públicas que enfrentem essa questão não são pequenos, especialmente em um contexto de crise e transformações do mundo do trabalho, particularmente do emprego assalariado. Para além do necessário combate e erradicação de qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho antes dos 16 anos (salvo na condição de aprendizagem entre 14 e 15 anos), os jovens em idade legal para trabalhar se deparam com muitas dificuldades para ingressar e permanecer no mercado de trabalho, mesmo apresentando níveis mais elevados de escolaridade em relação às gerações anteriores.

Os números revelam que os jovens estão mais sujeitos ao desemprego, que mesmo em situações de crescimento econômico, permanece mais alto em relação às taxas verificadas para os adultos. Além das barreiras para ingressar em um primeiro emprego e nele permanecer, são ainda maiores as dificuldades de encontrar e permanecer em uma situação de trabalho decente, o que cria sérios obstáculos para a construção de uma trajetória assim caracterizada. A informalidade se apresenta mais elevada entre os jovens quando comparados aos adultos. Os jovens estão mais presentes em ocupações que indicam maior precariedade: trabalho sem carteira assinada, trabalho não remunerado e trabalho doméstico sem carteira assinada. A remuneração recebida também é mais baixa entre os jovens, e boa parte deles está inserida em atividades com extensas jornadas de trabalho, e condições ainda precárias de saúde e segurança no trabalho. Mas a situação não se apresenta da mesma maneira para todo o segmento juvenil: os jovens de baixa renda e baixa escolaridade, as mulheres e jovens negros de ambos os sexos são atingidos de maneira ainda mais aguda. Nesse sentido também cabe destacar a relativa invisibilidade percebida nas situações da juventude rural e dos jovens das comunidades tradicionais.

Especialmente no atual contexto, a defesa de um trabalho decente também significa a defesa de uma educação de qualidade. Ainda que o aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação não seja suficiente para garantir acesso ao trabalho decente, eles são muito

importantes. Os jovens brasileiros têm se esforçado cada vez mais para conciliar os estudos e o trabalho, mas parcela considerável ainda não completou a escolaridade básica, sendo sua qualidade uma questão prioritária a ser enfrentada, de modo simultâneo à ampliação do acesso ao ensino superior e à qualificação profissional.

A partir desse breve diagnóstico inicial, tratava-se de debater as prioridades e linhas de ação de uma Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude. A definição dos quatro eixos prioritários - mais e melhor educação; conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; inserção ativa e digna no mundo do trabalho; e a promoção do diálogo social foi estabelecida por consenso. Uma importante questão, no entanto, permeou o início dos debates: qual seria a faixa etária contemplada pela Agenda? Tratava-se de uma agenda para jovens em idade legal de trabalhar, ou para adolescentes e jovens? Seriam contempladas questões relativas ao trabalho infantil e ao trabalho dos adolescentes? Discutia-se a importância em não transpor de maneira direta o debate da erradicação do trabalho infantil e a questão do trabalho jovem.A realização do debate levou o grupo a adotar a faixa etária entre 15 e 29 anos, , respeitando o grupo etário atualmente considerado jovem no país, mas pode-se dizer que esta é uma das questões que ainda merece aprofundamento. Ao mesmo tempo dialogaria com orientações já estabelecidas pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador. Na perspectiva da Agenda, qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho antes dos 16 anos de idade deve ser combatida e erradicada, com exceção das situações estabelecidas pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) para a faixa etária dos 14 aos 15 anos. Ainda em relação à questão etária, o Subcomitê debateu em que momento deveriam ser implementados programas de estímulo à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, para adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos, pertencentes a famílias com renda per capita até meio salário mínimo, definiu-se a concessão de uma bolsa de estudos diretamente ao jovem, até a conclusão do ensino médio, e atrelada à freqüência escolar e à progressão. Ao mesmo tempo, foram consideradas relevantes ações para promover e qualificar a maior aproximação entre o mundo do trabalho e a educação

Ainda que não seja possível reproduzir aqui todo o debate, pode-se dizer que as maiores divergências emergiram em torno de linhas de ação relativas a questões centrais na relação entre capital e trabalho, tais como a redução da jornada de trabalho. Inicialmente a agenda propunha o estabelecimento de uma “jornada jovem” que possibilitasse uma melhor conciliação entre trabalho, estudos e vida familiar. A perspectiva inicial era do estabelecimento

de uma “jornada de trabalho jovem” que variasse entre 20h e 30h semanais para jovens estudantes. Dado o pouco acúmulo em relação a esta discussão e as várias divergências, optou-se pela defesa da adoção de um conjunto de mecanismos já existentes e do estímulo a busca de outras alternativas. Nesse sentido, foi possível obter o consenso em torno de um conjunto de ações prioritárias para a conciliação do trabalho e dos estudos, como a organização de jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos jovens trabalhadores e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantissem seu retorno às atividades escolares; a aplicação da Convenção 140 concernente à Licença Remunerada para Estudos, 1974 (n.140) da Organização Internacional do Trabalho; a criação de mecanismos de inibição de jornadas extraordinárias para jovens e estudantes, como horas extras e banco de horas; a garantia de mecanismos que viabilizassem jornadas de trabalho reduzidas para jovens, o apoio para possibilidades de inserção de jovens estudantes em oportunidades de trabalho próximas de suas residências e de suas escolas, dentre outras ações..

Quanto à compatibilização com a vida familiar, o debate em torno da necessidade de ampliação das licenças maternidade e paternidade foi intenso e ainda que a agenda não tenha assumido diretamente sua defesa, estabeleceu-se uma linha de ação na perspectiva de ampliar o debate sobre a importância dessa ampliação, mediante convenções e acordos coletivos de trabalho.

A rotatividade no mercado de trabalho juvenil, especialmente em função das precárias oportunidades de trabalho oferecidas, também ganhou centralidade, definindo-se pela necessidade de realizar debate público e incentivar estudos sobre as causas da alta taxa de rotatividade dos jovens no mercado de trabalho, visando à elaboração de políticas públicas.

A Agenda também trouxe à cena questões geralmente pouco discutidas e extremamente relevantes quanto às condições de trabalho dos jovens, estabelecendo-se um conjunto significativo de prioridades, como o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de um ambiente de trabalho que possibilite ao jovem um aprendizado contínuo; a avaliação permanente das condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, para a elaboração de políticas voltadas a sua melhoria; o aprofundamento de diagnósticos sobre condições geradoras de acidentes de trabalho e doenças profissionais entre a juventude trabalhadora, dentre várias outras. Para além do mercado de trabalho formal, as ações de estímulo à economia solidária e ao empreendedorismo também estão contempladas na Agenda e foram objeto de forte

discussão, particularmente em torno do empreendedorismo. Seria o empreendedorismo uma possibilidade de trabalho decente aos jovens? Ao final, definiu-se pela permanência desta ação desde que observadas as condições necessárias para o trabalho decente, mas esta também parece ser uma questão que ainda necessita de um maior debate.

Vale destacar a importância do debate e a proposição de um conjunto de ações em torno das condições específicas da juventude rural e das comunidades tradicionais, bem como de jovens imigrantes, com deficiência, mulheres e negros. A Agenda é o principal resultado do diálogo e cooperação entre diferentes atores. Cabe destacar a importância do papel provocador e propositivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como do apoio técnico oferecido ao longo de todo o processo. Ao lado disso, também se enfatiza a coordenação realizada pela Secretaria Nacional da Juventude e pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, bem como o compromisso e envolvimento dos participantes. A Agenda permitiu reunir um conjunto relevante de questões relativas à diversidade do trabalho juvenil em nosso país. Estimulou representantes de empregadores, sindicatos, governo e sociedade civil a construírem ações específicas para jovens em relação ao mundo do trabalho. Na busca pelas especificidades juvenis , questões centrais em torno da relação entre capital e trabalho ganharam a cena e foram discutidas em profundidade. Pode-se dizer que discutir essa relação a partir da juventude pode se constituir em um caminho profícuo e instigante.

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude poderá representar uma referência central para o avanço das políticas públicas de educação, trabalho e renda dirigidas aos jovens do Brasil e em outros países. Ela tem o mérito da construção coletiva de propostas para responder a significativas dificuldades e demandas juvenis no mundo do trabalho em dois tempos. No tempo presente, marcado pela falta de trabalho e pela forte ausência das condições desejadas de trabalho decente; no tempo futuro, ao perseguir as ações necessárias para a construção de trajetórias ocupacionais dignas e decentes. A sua efetivação, no entanto, ainda depende da continuidade do envolvimento e do compromisso de diferentes atores com a questão, bem como da ampliação do diálogo com diferentes níveis de governo, entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários, universidades e especialmente com diferentes organizações juvenis e com os jovens e as jovens brasileiras.

A perspectiva das linhas até aqui escritas era de realizar uma breve apresentação da agenda e do seu processo coletivo de construção. O passo seguinte seria apresentar a Agenda do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil, com o detalhamento de suas prioridades e linhas de ação. No entanto, embora a Agenda tenha sido lançada no último dia 24 de

novembro, a sua versão final ainda está em processo de revisão e não pode ser divulgada. Nesse sentido, a próxima parte deste texto será dedicada a uma apresentação do diagnóstico utilizado como base para a construção da Agenda e que não será parte integrante dela3.

Breve diagnóstico da situação juvenil no mercado de trabalho: por que uma Agenda Nacional Trabalho Decente para a Juventude?

1.1 A importância das questões demográficas

A construção de uma agenda nacional de trabalho decente para jovens não pode ignorar as significativas questões advindas do olhar demográfico para a juventude. Maiores ou menores pressões compreendendo o acesso a educação, à saúde, a previdência social e particularmente ao emprego, dentre outros direitos fundamentais na sociedade contemporânea, tornam-se visíveis considerando este olhar. De fato, muitas das preocupações e da busca pela construção de políticas públicas direcionadas a este segmento etário alimentaram-se e relacionaram-se com o "temor de uma explosão demográfica" e pela maneira singular pela qual os fenômenos da fecundidade e da mortalidade manifestaram-se entre os jovens do Brasil (Camarano et al. 2009, p. 73).

Na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI verificou-se a presença de uma das maiores populações juvenis da história demográfica brasileira, resultado da chamada "onda jovem" 4. Nos últimos anos, porém, a persistência de mudanças no padrão de reprodução e o aumento da expectativa de vida, estão levando a uma inflexão neste fenômeno: segundo estimativas da Pnad (2008), o grupo etário representado por aqueles que hoje são considerados jovens no Brasil (entre 15 a 29 anos) passou de 28,6% em 2006 para 27,8% em 2008 no total da população. Projeções recentes apontam para a continuidade deste processo de desaceleração, particularmente entre os adolescentes de 15 a 19 anos. O debate travado sobre a relação entre as alterações nos tamanhos das populações de crianças, jovens e adultos e o desenvolvimento do país é um aspecto importante a ser considerado: por um lado

[3] Cabe observar que este diagnóstico não foi incorporado à Agenda em função das divergências de alguns membros do Subcomitê em relação a parte de seu conteúdo. Por essa razão, Ministério do Trabalho e Secretaria Nacional da Juventude optaram por publicá-lo posteriormente e de maneira independente da Agenda. Solicita-se não citar e/ou divulgar.

[4] Cf. Bercovich, Madeira e Torres (1998)

há pesquisadores enfatizando que a diminuição, em termos absolutos, da população de crianças e adolescentes menor de 20 anos e ao mesmo tempo o crescimento ainda modesto da população idosa pode significar o que vem sendo designado por "janela de oportunidade". Ou seja, haveria um maior número de pessoas em idade de participar ativamente das atividades produtivas, podendo representar menores gastos sociais, um aumento da produção nacional e da renda per capita. Por outro lado, este tipo de abordagem tem recebido pelo menos dois conjuntos de criticas: em primeiro lugar de que isoladamente a dinâmica demográfica não poderia produzir os ganhos esperados, sendo necessárias mudanças econômicas e políticas convivendo em sintonia com a mudança demográfica. Em segundo lugar, a dinâmica demográfica não se apresenta de maneira homogênea no Brasil, sendo observados diferenciais importantes segundo regiões demográficas, cor/ raça, níveis de renda e escolaridade (Camarano, 2009).

Neste sentido, naquilo que se relaciona com a construção desta agenda, da desaceleração do crescimento da população juvenil não se pode depreender necessariamente a diminuição de das taxas de desemprego entre os jovens (Camarano et al., 2009). Soma-se a isto o fato do peso da população juvenil ainda ser bastante significativo: segundo estimativas da Pnad, para o ano de 2008, a população juvenil constituía-se de aproximadamente 49 milhões de brasileiros e, pelo menos até 2020, as projeções existentes indicam que a pressão dos jovens por novos empregos estará mantida.

Mesmo considerando que em futuro mais distante haverá menor pressão dos jovens sobre o mercado de trabalho, por outro lado, ela tende a diminuir a relação entre o número de trabalhadores ativos e o total de beneficiários da Previdência Social, com conseqüências negativas para o equilíbrio financeiro da seguridade social. Nesta perspectiva ganha ainda mais relevância o estímulo ao acesso a um trabalho decente para a juventude: ao lado da garantia de direitos trabalhistas e proteção social para este segmento, assegura-se uma melhor proteção social para o conjunto dos trabalhadores e dos aposentados (OIT, 2009).

Outros dois aspectos demográficos significativos relativos à juventude referem-se à fecundidade e à mortalidade. Em relação ao primeiro aspecto, o tema da gravidez na adolescência ganha destaque, especialmente por atingir mais intensamente jovens de baixa renda e de baixa escolaridade (Camarano et al., 2009). Na contramão do declínio das taxas de fecundidade, observou-se um acentuado aumento desta entre as jovens adolescentes de 15 a 19 anos ao longo da década de 1990 e embora esta tendência tenha se revertido a partir dos anos 2000 (Berquó e Cavenaghi, 2005), é significativo o percentual de adolescentes que já

tiveram filhos: segundo dados da PNAD, em 2007 elas totalizavam 759.538 moças, ou seja, 10,7% da população entre 15 e 19 anos. Os percentuais mais elevados concentravam-se nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, e entre as jovens negras.

Em termos de renda, chama atenção a concentração muito maior entre aquelas de baixa renda: 44,2% das jovens de 15 a 19 anos com filhos pertencem à faixa de renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Entre as jovens pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos esta proporção não chega a 1%. Esta grande diferença pode relacionar-se ao maior acesso a informações, a métodos contraceptivos, serviços de saúde e também aos indícios da maior facilidade de realização de aborto (com raras exceções, um procedimento ilegal no país) entre as jovens de renda mais elevada. Ao mesmo tempo, parecem muito significativos o papel das diferentes representações sobre a gravidez, a maternidade, a adolescência e a juventude entre classes sociais diversas nas explicações para ocorrência do fenômeno. (Fontoura e Pinheiro, 2009).

Naquilo que concerne à proposta desta Agenda, é preciso escapar aos estereótipos que giram em torno do fenômeno da gravidez na adolescência. A imagem mais corrente associa a gravidez ou a parentalidade na juventude como acontecimentos perturbadores do desenvolvimento ideal do jovem neste momento da vida. Ainda que não seja possível negar conseqüências do ponto de vista individual e social para as jovens, é preciso relativizar a idéia da gravidez como um fenômeno "indesejado, negativo e prejudicial", sendo importante relacioná-lo a distintos fatores sociais, contextos e especificidades (op. cit., 2009).

A partir de uma ampla pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo sobre jovens, sexualidade e reprodução realizado em três regiões metropolitanas do país, Heilborn et al. (2006) trazem elementos significativos para refletir a questão. Primeiramente, ressalta o contexto mais amplo de transformação dos costumes sexuais no Brasil, de maiores possibilidades de experimentação, maior aceitação da sexualidade feminina pré-conjugal, e mesmo das relações sexuais fora do matrimônio. Ao mesmo tempo, as representações de contracepção parecem não avançar no mesmo ritmo, as políticas de planejamento familiar que não incluem jovens solteiras e ainda é recorrente o imperativo da esterilização feminina precoce como meio de contornar a fecundidade. A autora também aponta para significativas diferenças de classe e gênero neste contexto. Enquanto a reprodução precoce entre jovens pertencentes às camadas populares conduz a um encurtamento da passagem para a vida adulta, isto não necessariamente acontece entre jovens de segmentos mais favorecidos: no caso destas últimas há maiores chances de dar continuidade aos estudos e projetos de

realização profissional a partir dos suportes que obtêm em suas famílias. A autora também salienta, diversamente do que comumente se afirma, que grande parte dos jovens não interrompe sua trajetória escolar em função do episódio da reprodução, mas que essas trajetórias já se mostravam erráticas antes disto. A maior parte dos rapazes já havia ingressado no mercado de trabalho, enquanto muitas das moças ainda não haviam conseguido tal inserção e assim permaneciam após a chegada do primeiro filho. Para parte das moças pobres, seu intenso envolvimento com o trabalho doméstico configurava uma percepção de mundo em que ser mãe e dona de casa aparecia como elemento central na construção da identidade feminina. Nesse sentido, sendo desde muito cedo responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com crianças da família, ter um filho não implicava grandes mudanças em sua rotina. Para os rapazes, a chegada do filho poderia representar a chance de virar adulto, de "tornar-se homem".

Tendo em vista essas breves observações, duas questões se colocam para a Agenda: a melhoria da qualidade e a ampliação da permanência na escola, bem como a ampliação das oportunidades de qualificação profissional e trabalho podem contribuir para que a reprodução e a vida conjugal não se constituam na primeira ou na principal alternativa de autonomia de moças e rapazes em relação aos pais. Ao mesmo tempo, o conjunto de adolescentes e jovens que já têm filhos demanda acesso a creches, equipamentos de apoio ao cuidado infantil e outras políticas que permitam maior conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

Outra questão relevante quanto ao aspecto demográfico diz respeito aos jovens que têm sua transição para a vida adulta negada, especialmente em função das elevadas taxas de mortalidade por causas externas (Camarano et al., 2006). Entre as décadas de 1980 e 1990, enquanto observou-se redução das taxas de mortalidade em todas as idades, a de rapazes entre 15 e 29 anos aumentou e embora tenha se reduzido a partir deste período, é ainda muito superior à taxa de mortalidade das jovens mulheres. Entre 2003 e 2005, enquanto a taxa média de mortalidade de rapazes de 20 a 24 anos foi de 261,8 por 100 mil habitantes, entre as jovens esta taxa foi de 58,43 por 100 mil. Há uma expressiva diferença quando considerada a cor/ raça: ainda neste período morreram 204,6 rapazes brancos contra 325,0 jovens pretos para cada 100 mil pessoas.

As diferentes análises sobre o fenômeno explicam esta alta mortalidade dos jovens do sexo masculino e em especial dos jovens negros em função da morte por causas externas: homicídios, acidentes de transporte e suicídios. Dentre estas causas há uma elevação do peso

dos homicídios entre os anos de 1980 e 2006: enquanto em 1980 eram responsáveis por 28,9% das mortes dos rapazes por causas externas, em 2006 passam a representar 56,8% (Camarano et al. 2009). Mais recentemente observa-se uma diminuição de homicídios de jovens brancos, passando de 6.592 em 2002 para 4.512 em 2007, o que representa uma queda de 31,6%.IPEA:No entanto, entre os jovens negros os homicídios passaram de 11.308 para 11.905, representando um incremento de 5,3%. (Mapa da Violência, 2010).

Todas estas questões tem profunda relevância para o conjunto das políticas públicas destinadas aos jovens e assim também para as políticas no campo da educação e do trabalho, foco central da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

1.2 A juventude brasileira é uma juventude trabalhadora

A análise dos dados da Pnad de 2006[5] revela que dos 34,7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, eram 18,2 milhões os jovens ocupados, sendo 12,5 milhões inativos e 3,9 milhões desempregados. A soma do número de jovens que trabalhavam e daqueles em busca de trabalho alcançava 22,1 milhões, evidenciando a forte presença do trabalho na vida da maioria dos jovens brasileiros. Havia, ainda, uma considerável proporção de jovens que se tornou alvo de intensas preocupações, uma vez que não estudavam e não trabalhavam, representando 6,5 milhões, sendo 4,3 milhões deles economicamente inativos e 2,2 milhões desempregados.

No campo educacional, os números tornam evidente a ampliação das oportunidades de acesso à educação formal e da permanência na escola entre as gerações mais jovens nas duas últimas décadas, mas para a maioria essa extensão chega até o final da adolescência e não até o período que constitui a juventude: enquanto o Ensino Fundamental se universaliza, o Ensino Médio e Superior ainda estão longe de alcançar esse patamar. Para a juventude como um todo, o incremento de escolaridade não resultou em uma alteração do padrão de articulação entre estudo e trabalho, havendo poucos beneficiados por uma permanência mais

[5] Cabe reiterar que os dados sobre trabalho aqui apresentados estão pautados fundamentalmente no diagnóstico da situação da juventude brasileira realizadas com base na Pnad 2006 pela OIT (2009) no âmbito do PREJAL/OIT e o outro por Corrochano et al (2008). No momento em que estava sendo elaborado este texto também foi divulgado um estudo realizado pelo IPEA analisando a situação educacional e de trabalho dos jovens com base nos dados da Pnad 2008. No entanto, dado que as faixas etárias e as desagregações eram diferentes, não foi possível a atualização das informações. Em alguns momentos, quando possível, serão destacadas algumas tendências que se mantém ou se alteram a partir de informações da Pnad 2008.

longa na escola e um ingresso mais tardio no mercado de trabalho (Hasenbalg, 2003). A inserção dos jovens na condição estudantil não eliminou a experiência simultânea do trabalho e mais ainda, tem se apresentado como um fenômeno crescente entre os jovens brasileiros (Camarano, 2006). Assim, no ano de 2006, dedicando-se exclusivamente aos estudos foram encontrados 9,9 milhões (28,6% do total), mas 8,2 milhões estavam inativos, enquanto 1,7 milhões estavam em busca de uma ocupação, ou seja, também tinham presente a dimensão do trabalho em suas vidas. Parte considerável desses jovens estudantes combinava trabalho e estudo, característica do padrão de transição escolar no Brasil e em outros países da América Latina: eram 6,3 milhões de trabalhadores estudantes em 2006.

Os dados explicitam uma significativa queda da participação dos jovens no mercado de trabalho nas duas últimas décadas, mas esta não aconteceu do mesmo modo para os jovens de diferentes faixas etárias e perfis no interior da juventude. A tendência de queda de participação no mercado de trabalho aconteceu particularmente entre aqueles com menor idade, dos 15 aos 17 anos, indicando a maior permanência dessa população na escola e a diminuição da incidência do trabalho de crianças e adolescentes.

No ano de 2006, a taxa de participação dos que tinham entre 15 e 24 anos alcançou 63,9%, mas era mais baixa entre aqueles que estavam na faixa de 15 a 19 anos (caindo para 50,4%), e mais alta para os jovens entre 20 a 24 anos (elevando-se para 77,5%). Os rapazes apresentavam taxas de participação mais altas em relação às moças: na faixa de 15 a 24 anos a taxa de participação das moças era de 54,8% contra 73% dos rapazes. Analisando os dados da Pnad de 2008, estudo do IPEA (2009) reitera a queda da participação no mercado entre os jovens adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos: nos últimos dez anos, a taxa caíra de 45%, em 1998, para 37% em 2008. Ainda segundo esta análise, nesta faixa etária a queda ocorreu para ambos os sexos, porém foi mais significativa para os rapazes, algo também positivo uma vez que nesta fase da vida são mais impulsionados a ingressar no mercado de trabalho. Já nas faixas seguintes, entre 18 e 24 anos e 25 e 29 anos, manteve-se a tendência à maior participação dos rapazes. Em 2008, as jovens mulheres de 18 a 24 anos continuam com participação menor que a dos jovens homens, com taxas de 65% e 85%, respectivamente. Na faixa etária dos 25 aos 29 anos, as taxas de participação são de 73% para as moças e 94% para os rapazes (BRASIL, 2009).

De acordo com os dados da Pnad 2006, os cruzamentos das taxas de participação com as variáveis idade, cor/raça, região de moradia e renda familiar revelam outras desigualdades: os negros apresentam taxas de participação mais elevadas na faixa etária que

se estende dos 15 aos 19 anos (51,4% contra 49,5% dos brancos), indicando que começam a trabalhar mais cedo em relação aos jovens brancos, mas diminuem sua participação em relação aos brancos em dois pontos percentuais na faixa etária mais elevada, dos 20 aos 24 anos (78,6% entre brancos e 76,6% entre negros), sinalizando maiores dificuldades no encontro de uma ocupação. Também é significativamente superior a taxa de participação dos jovens moradores de áreas rurais entre 15 e 19 anos quando comparados aos urbanos: enquanto para os primeiros a taxa alcança 60,5% dos jovens, entre os segundos ela diminui para 48,2%. Já quando considerados os jovens dos 20 aos 24 anos essa diferença desaparece e há um claro equilíbrio (77,6% dos urbanos trabalhando contra 77,2% dos rurais).

Considerando a renda domiciliar per capita, observa-se que na faixa dos 15 aos 19 anos os jovens com maior renda domiciliar estão menos presentes no mercado de trabalho: a taxa de participação passava de 51,9% entre os que moravam em domicílios com renda per capita de até três salários mínimos[6] para 38,7% entre aqueles com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos, e ainda para 22,8% entre os jovens com renda per capita maior de cinco salários.

Tal situação modifica-se na faixa etária dos 20 aos 24 anos, onde a taxa de participação dos jovens que vivem em domicílios com menor renda per capita é menor em relação aos jovens que vivem em domicílios com maior renda: 72,2% dos jovens com renda familiar de até um salário mínimo per capita participavam do mercado de trabalho, enquanto esta taxa entre os que possuíam renda superior a três salários mínimos e aqueles que viviam em domicílios com renda de três a cinco salários mínimos era respectivamente de 75,4% e 85,8%. Esses dados remetem à importante discussão sobre a relação entre o momento de ingresso no trabalho e a renda familiar, bem como os impactos disso na continuidade (ou não) dos estudos, como será visto adiante.

Levando em consideração a variável escolaridade, observam-se taxas mais elevadas de frequência à escola entre os jovens que não trabalhavam e não buscavam trabalho: considerando a faixa etária de 15 a 24 anos, 65,4% dos jovens que estavam fora da PEA frequentavam a escola, enquanto entre os desempregados este percentual diminuía para 44,1%. Entre os ocupados a queda era ainda mais acentuada: 34,8% deles frequentavam a escola o que, segundo análise da OIT (2009), parece estar fortemente associado à jornada de

[6] O salário mínimo nominal vigente em 2006 era de R$ 300,00 até março, passando a R$ 350,00 em abril. O salário mínimo médio em 2006 foi portanto de R$ 337,50 (sem considerar-se o 13º salário). Considerando-se o valor deflacionado equivalente a janeiro de 2010, o valor médio real do salário mínimo de 2006 equivale a R$ 402,80 (sendo portanto 21% inferior ao salário mínimo atualmente vigente, em termos reais). Cf. Ipeadata (www.ipeadata.gov.br, acesso em 12 mar. 2010).

trabalho: a frequência à escola era de 57,8% entre os jovens com jornada semanal de 20 horas e reduzia-se para 30,3% para aqueles com jornada superior a 20 horas semanais. O autor também observa que a grande maioria dos jovens ocupados entre 15 e 24 anos trabalhava em média 38,4 horas semanais e aproximadamente um terço destes trabalhava acima das 44 horas estabelecidas por lei. Especialmente no caso das jovens mães de famílias pobres, o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo e de cuidado realizado na esfera doméstica representa mais um obstáculo para continuidade da trajetória escolar e para inserção no mundo do trabalho.

De maneira breve, estes dados explicitam que, a despeito da tendência de queda da participação, a presença do trabalho permanece significativa na vida dos jovens, apresentando diferenças segundo as idades no tempo da juventude, sexo, cor/raça, renda familiar, escolaridade e região de moradia. Mesmo considerando que os jovens adolescentes diminuem sua participação, não é desprezível o contingente desses que continua participando do mercado de trabalho, bem como o número de horas dedicado a esta esfera. A dedicação exclusiva aos estudos é realidade para pequena parcela dos jovens e o incremento nos anos de escolaridade da população juvenil não parece ter produzido um importante adiamento da entrada no mundo do trabalho. Sendo assim, ambas as características, ingresso precoce e conciliação entre estudo e trabalho, são marcos da transição escola-trabalho entre jovens no Brasil, especialmente aqueles oriundos das camadas populares, como alertava Hasenbalg (2003).

A juventude brasileira é trabalhadora e tem buscado conciliar o trabalho à continuidade dos estudos. Este aspecto também justifica a importância da elaboração de uma agenda de trabalho decente específica para jovens e merece algumas considerações.

1.3 As combinações entre trabalho e estudo no tempo da juventude

Tal como visto anteriormente, a dimensão do trabalho é bastante presente entre os jovens brasileiros e também se modifica a depender das diferentes faixas etárias no tempo da juventude e das múltiplas desigualdades a que os jovens estão sujeitos quando observadas a diversidade de classe social, sexo, cor/raça e escolaridade. Os dados relativos à atividade, explorados por diferentes diagnósticos, contribuem para melhor percepção desses elementos.

Os dados levantados pela OIT (2009) a partir da Pnad 2006 permitem evidenciar o perfil dos diferentes grupos: aqueles que apenas trabalhavam, os que combinavam trabalho e estudo, os que se dedicavam exclusivamente aos estudos e aqueles que não estudavam e não trabalhavam. A maioria dos jovens entre 15 e 24 anos (18,2 milhões) somente trabalhava e entre estes estavam mais presentes os homens (42,2% daquela faixa etária, contra 26,4% de mulheres), os negros (34,6% contra 34,1% brancos), aqueles com rendimento domiciliar per capita de até 3 salários mínimos (35,2% contra 24,1% da parcela acima de 3 salários mínimos) e os moradores da zona rural (41,0% contra 32,9% dos moradores da zona urbana). Boa parte desses jovens trabalhadores ocupava a posição de pessoa de referência (73,9%)[7] e cônjuge (40,7%), contra 29,1% daqueles que ocupavam a posição de filhos. Entre os jovens que combinavam trabalho e estudo (6,3 milhões), novamente predominavam os rapazes em relação às moças (20,7% contra 15,8%) e os brancos em relação aos negros (19,5% contra 17,2%). Neste grupo, um número maior de jovens possuía rendimento domiciliar acima de três salários mínimos (26,3% contra 17,2% dos que tinham renda per capita mais baixa), ocupava a posição de filhos (21,3% contra 5,7 de cônjuges e 10,4% como pessoas de referência) e morava na zona rural (22,3% contra 17,5% das áreas urbanas).

Na possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos nessa fase da vida predominavam as mulheres (31,8% daquela faixa etária, contra 25,3% dos homens), os brancos (29,9% contra 27,3% dos negros), os moradores da zona urbana (30,4% contra 19,6% da zona rural) e aqueles que ocupavam a posição de filhos (34,8% contra 6,5% dos cônjuges e 3,8% das pessoas de referência). A condição exclusiva de estudante apresentava um forte diferencial segundo a condição social: 42,6% tinham renda domiciliar per capita acima de três salários mínimos, enquanto 27,2% dos jovens possuíam renda abaixo deste valor. De todo modo, é preciso ponderar que também os jovens com renda mais elevada tinham presença importante no grupo daqueles que combinavam trabalho e estudo.

Análise de Corrochano et al. (2008), realizada também a partir dos dados da Pnad 2006, embora contemplando uma faixa etária mais ampla, incluindo "jovens adolescentes", "jovens-jovens" e "jovens adultos" entre 14 e 29 anos, oferece pistas importantes sobre a relação entre trabalho e estudo na população juvenil, tomando como referência as variáveis escolaridade e renda. Ao analisar os jovens que se dedicam apenas ao trabalho, as autoras observam que, enquanto os jovens de maior renda[8] ingressam na população economicamente

[7] Responsável pela família ou assim considerado pela família.

[8] No estudo de Corrochano et al. (2008), os jovens com renda mais elevada representavam os 20% da população jovem (entre 14 e 29 anos) com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do

ativa aos 18 anos, os de menor renda estão na atividade desde os 14 anos, em clara situação de trabalho ilegal. A grande maioria dos jovens ocupados de menor renda, com idade entre 14 e 17 anos, possui ensino fundamental incompleto; já os de maior renda entram na atividade na faixa de 18 a 21 anos, mas a maioria possui ensino médio completo. As autoras concluem que as diferenças de renda entre as famílias dos jovens impactam sua escolaridade, pois enquanto entre os jovens de menores rendimentos, com idade entre 18 e 21 anos apenas 8,9% estão no ensino superior, entre os jovens com maiores rendimentos, da mesma faixa etária, esse índice atinge 79,2%. Na condição de exclusiva de estudante encontravam-se jovens com rendimento familiar acima da média, sendo este o grupo que apresenta melhor relação série-idade.

Todos esses dados permitem perceber que os jovens de mais baixa renda começam a trabalhar mais cedo e, em boa medida, sem concluir a escolaridade básica. No entanto, desta informação não é possível inferir que estes jovens deixam de estudar apenas em função da necessidade de trabalhar. Há bastante tempo as investigações sobre os motivos que levam um jovem a começar a trabalhar e a deixar a escola assinalam que as razões são muito complexas. Ainda que os dados indiquem que pertencer a famílias de mais baixa renda é um aspecto relevante, é preciso considerar a relação estabelecida com a escola, dado que não apenas a dedicação ao trabalho pode prejudicar a frequência escolar, mas também a capacidade do sistema de ensino de atrair o interesse do aluno. Além do próprio sistema escolar, a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho e as próprias representações dos jovens e de suas famílias em relação ao trabalho são fatores que devem ser considerados conjuntamente na análise, o que evidentemente não significa ignorar o significativo peso dos rendimentos da família.

Além disso, se há um ingresso mais precoce dos jovens de mais baixa renda no mercado de trabalho, os dados também indicam que os 18 anos parecem ser a idade em que grande parte dos jovens, inclusive os de maior renda, busca inserir-se no mundo do trabalho. Nesse sentido, cabe considerar, tal como fazem H. Abramo et al. (2005, 2009), a partir da análise de diferentes pesquisas, que a relação entre a precariedade econômica e a decisão de ingressar no trabalho no tempo da juventude não é necessariamente direta. Assim, a partir dos 18 anos, a desigualdade social manifestar-se-ia de maneira mais contundente nas chances de encontrar trabalho e na qualidade do trabalho encontrado do que na disposição para ingressar no mercado. Desta maneira, é necessário cuidado para que as reflexões tecidas a partir dos dados encontrados entre jovens adolescentes até os 18 anos não sejam

---

rendimento familiar per capita (topo da estratificação) e os jovens com menores rendimentos representavam os 40% da população jovem com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar per capita (base da estratificação).

transportadas de maneira direta para jovens a partir dos 18 anos. Os 18 anos parecem ser a idade em que a maioria dos jovens, inclusive os de maior renda, busca inserir-se no mercado de trabalho, combinando ou não o trabalho com a continuidade da formação escolar.

Outro aspecto diz respeito à formação de uma nova família, que também pode contribuir de maneira significativa para o abandono ou não dos estudos. Entre os jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos, há um maior número daqueles na posição de filho em relação aos que ocupam outras posições, e este percentual é fortemente reduzido entre os jovens que não estudam. Já a presença dos que estão na posição de chefe de família é bem menor entre os que estudam quando comparados aos jovens que não estudam, o mesmo ocorrendo entre cônjuges. Esta questão aparece de maneira mais decisiva entre os jovens que não estudam e não trabalham, um grupo constituído predominantemente por mulheres, o que será explorado a seguir.

1.4 A "inatividade" juvenil

Um dos grupos que mais tem despertado preocupação e mobilizado a busca de políticas é composto por aqueles que não estudam e não trabalham: quem são e onde estão esses jovens? O que estariam fazendo? Estas são perguntas recorrentes. Neste contexto é possível verificar a existência de um conjunto bastante heterogêneo de trajetórias: jovens que desistiram de buscar trabalho em função das crescentes dificuldades, mas que aceitariam caso tivessem uma chance; jovens experimentando um período de transito entre diferentes situações; jovens que trabalham em atividades não remuneradas, muitas vezes no âmbito familiar; e jovens que se dedicam às tarefas domésticas. Assim, as aspas na palavra "inatividade" ganham sentido: para a grande maioria dos jovens nesta condição trata-se de uma situação de muito trabalho, especialmente para as jovens mulheres, grupo predominante nesta situação.

Em 2006 havia aproximadamente 6,5 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam e não trabalhavam. Chama atenção a magnitude deste número mesmo considerando um contexto de maior crescimento econômico, de aumento dos níveis de emprego formal e dos níveis de escolaridade da população juvenil. São em sua maior parte mulheres (25,9% contra 11,7% dos homens), negros (20,9% contra 16,5% dos brancos), com renda domiciliar per capita de até 3 salários mínimos (20,4% contra apenas 6,6% com renda domiciliar per capita acima de três salários mínimos), moradores da zona urbana (19,2% contra 17,1% da rural), e os que ocupavam a posição de cônjuge na família (47,1% contra 14,8% dos

que ocupam a posição de filho e 11,9% dos que eram a pessoa de referência) (Constanzi, 2009).

Com o cruzamento das variáveis sexo e raça, observa-se que neste grupo dos que não estudavam e não trabalhavam é evidente a significativa presença das jovens negras (com 44,4% da população de jovens negras). Este mesmo índice entre as jovens brancas foi de 30%, entre os jovens negros foi de 14,8% e entre os jovens brancos ficou em 10%. Mas se as jovens mulheres negras estão em pior situação, esses números assinalam que as mulheres, de modo geral, estão mais expostas à situação de não trabalho e de não estudo, revelando significativas desigualdades de gênero. Mesmo com taxas mais elevadas de escolaridade em relação aos rapazes, as mulheres jovens representam maioria no grupo dos que não estudavam e não trabalhavam. Segundo análise da OIT (2009), as possíveis explicações concentram-se em sua elevada taxa de desemprego, em sua menor taxa de participação, em sua maior vinculação com o trabalho doméstico e com as questões relacionadas à maternidade, especialmente quando esta ocorre durante a adolescência.

Comparando dados da Pnad para 1982 e 2007, Camarano et al. (2009) chamam atenção para a elevada proporção de jovens entre 15 e 29 anos que não trabalhavam e não estudavam nos dois períodos, mas apontam para seu decréscimo nos últimos 25 anos, particularmente entre as mulheres, revelando preocupação com o maior percentual entre os rapazes. Entre estes últimos, a proporção dos que não estudavam e não trabalhavam aumentou de 3,8% para 7,2% no período e entre as jovens mulheres esta proporção diminuiu de 40,9% para 22,0%. De todo modo, ainda é muito mais significativa a proporção entre as mulheres. Para as autoras, a situação seria “menos preocupante” porque grande parte delas já eram mães, proporção que aumentava substancialmente entre as jovens de 25 a 29 anos, alcançando 81,7%.

Nesse sentido, na perspectiva das referidas autoras as jovens naquela faixa etária poderiam estar envolvidas com atividades ligada à maternidade e apenas temporariamente desligadas do mercado de trabalho. Entretanto, pode-se formular uma hipótese que vai em direção diversa: sua situação é preocupante e demanda respostas públicas uma vez que estariam afastadas precisamente pelos estereótipos de gênero, que atribuem às mulheres a responsabilidade principal (quando não exclusiva) pelas tarefas domésticas e pela função de cuidado, além da ausência de políticas de conciliação e co-responsabilidade, no âmbito do trabalho e da família (Constanzi, 2009). Faz-se importante aqui lançar mão de outros estudos

que contribuem para reflexão sobre as inflexões da escolaridade na participação dos jovens no mercado de trabalho.

O estudo de Corrochano et al. (2008) já mencionado, utilizando dados da PNAD de 2006, revela que no grupo dos que não estudavam, não trabalhavam e não buscavam trabalho[9], um alto percentual apresentava baixa escolaridade: 5,2% nunca havia freqüentado a escola e, dentre os que o fizeram, um contingente de 68,2% não concluíra sua educação básica. Quase a metade (47,6%) não havia concluído sequer o ensino fundamental, havendo grande participação dos jovens entre 14 e 15 anos (91,8%) nessa condição. Na faixa dos 16 aos 24 anos, havia uma grande proporção de jovens que abandonou a escola depois do ensino médio (38,3%) e que superava a de jovens que embora tivessem concluído o nível fundamental nem mesmo freqüentaram o ensino médio (31,1%). Dentre os jovens mais velhos (de 25 a 29 anos), e que tiveram menos acesso ao recente processo de expansão das matrículas no ensino médio, os que pararam de estudar após completar o nível fundamental (9,2%) supera o percentual dos que abandonaram a escola após cursarem o ensino médio (8,7%).

Com base nesses dados pode-se considerar que a maior parte dos jovens que não estudam e não trabalham, ou que sequer buscam trabalho, teve dificuldades no acesso e permanência na escola, mas é significativo observar que uma parcela não desprezível deste grupo, pouco abaixo dos 30%, concluiu o ensino médio, não continuou a estudar e não passou a integrar a população economicamente ativa. Também parece importante atentar para este grupo em função das múltiplas implicações que a situação acarreta, pois são estes os jovens que possivelmente encontram-se sem recursos materiais para prosseguir seus estudos em nível técnico ou superior, além de eventualmente desalentados na busca por trabalho. São ainda aqueles que, apresentam pouco conhecimento em relação às possíveis trajetórias a serem construídas, ou pouca clareza de suas potencialidades, desejos profissionais e dos elementos necessários para elaborar projetos de futuro. São, em sua maioria, jovens mulheres e jovens mães que carecem de políticas que propiciem, a elas e também aos seus cônjuges, melhores chances de conciliação entre a vida familiar, o trabalho e a continuidade dos estudos.

[9] Cabe observar que nesta pesquisa foram excluídos da condição de não trabalho os jovens que estavam em busca de um trabalho.

1.5 Os múltiplos sentidos do trabalho para a juventude brasileira

O lugar do trabalho na vida do jovem brasileiro também pode ser apreendido a partir das percepções dos próprios jovens, para além dos números relativos à sua inserção. Mesmo diante das crescentes dificuldades em encontrar um trabalho, e especialmente um "verdadeiro trabalho" , para usar os temos dos jovens em diferentes contextos, diversas pesquisas evidenciam que o trabalho permanece sendo uma categoria central, levando à produção de novos e diferenciados sentidos, que refletem perfil, trajetória e contexto social em que se inserem. (Corrochano, 2001; Guimarães, 2005; Tartuce, 2007).

Se é certo que diferentes pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo realizadas com jovens demonstram que a questão da necessidade ainda aparece muito fortemente associada ao trabalho, os jovens não o destacam apenas como meio de sobrevivência, mas também como espaço de construção de suas identidades atribuindo-lhes diferentes significados do ponto de vista subjetivo, tais como valor, direito, independência, realização pessoal etc.

Esta diversidade de sentidos também foi encontrada por Corrochano (2001) em pesquisa realizada com jovens operários na cidade de São Bernardo do Campo. Estes jovens atribuíam ao trabalho o sentido de necessidade, independência, realização pessoal e dignidade, mas cada um deles variava segundo a trajetória percorrida e o perfil do jovem. Para os mais jovens e recém-chegados ao mercado de trabalho, a independência em relação aos pais era mais forte. Este sentido também apareceu de modo muito recorrente entre as jovens mulheres, na perspectiva de construir sua independência diante da autoridade do pai ou do marido e de escapar do espaço doméstico. Já o trabalho como dignidade aparecia mais intensamente entre os homens, evidenciando a permanência da imagem destes como provedores. O trabalho enquanto fonte de realização, por sua vez, estava mais presentes entre jovens mais escolarizados, que vislumbravam possibilidade de melhorar suas condições de trabalho no próprio ambiente fabril ou projetavam a saída da fábrica em algum momento de seus percursos.

Tanto o estudo acima citado quanto outras análises atentam para a diversidade de sentidos atribuídos ao trabalho a partir de variáveis como sexo, escolaridade e condição social. Mais recentemente, estudo comparativo realizado por H. Abramo et al (2009) junto a jovens entre 18 e 29 anos e adultos com 30 anos ou mais evidenciou que embora a maioria embora dos jovens e adultos associem a palavra necessidade ao trabalho (37,1% do total de entrevistados), esta tendência aumenta segundo a idade, alcançando 27,2% entre jovens de 18

a 22 anos e 44,3% entre adultos de 60 anos ou mais. Diversamente, a noção de independência é associada mais fortemente pela população juvenil: foi citada por 20,5% dos jovens contra 12,6% dos adultos pesquisados (H. Abramo et al., 2009). Este último índice parece comprovar o que há tempos um conjunto considerável de estudos vem destacando com relação à importância do trabalho como possibilidade de autonomia em relação à família.

Na mesma pesquisa, sistematizada por H. Abramo et al. (2009), o trabalho como fonte de realização pessoal foi citado majoritariamente por jovens, enquanto o trabalho como independência apareceu mais fortemente entre mulheres (16,9%), tendo sido ainda mais indicado pelas jovens mulheres (31,1%). Entre os entrevistados ligados às classes sociais mais desfavorecidas, o trabalho apareceu mais associado à necessidade, chegando a 43,6% dos jovens pertencentes ao índice de conforto econômico e social D/E contra 24,7% do índice A/B. Já a possibilidade de realização pessoal no trabalho foi mais citada entre os participantes ligados às classes A/B, o mesmo ocorrendo entre jovens mais escolarizados. O que estas e outras pesquisas sugerem é que a valorização de aspectos mais realizadores parece associar-se à renda familiar e à escolaridade mais elevadas, enquanto a valorização de aspectos mais instrumentais está mais associada à baixa escolaridade dos jovens e à necessidade de trabalho para apoio ou sustento da casa. Para H. Abramo et al. (2009), este aspecto confirma a tese de que a desigualdades entre jovens em relação ao trabalho incidem diretamente na qualidade do emprego encontrado, ou seja, jovens de classes sociais mais favorecidas encontrariam melhores empregos e, neste sentido, teriam mais chances de realização no trabalho.

De todo modo, a possibilidade de realização pessoal pelo trabalho não estaria ausente entre jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda.

O que alguns estudos de caráter qualitativo assinalam é a urgência de uma melhor inserção futura ou de uma reinserção desses jovens em um melhor trabalho, fazendo-se imprescindível, nestes casos, não somente a qualificação, mas também o acesso a um trabalho decente no tempo presente.

1.6. O desemprego e a informalidade

É relevante ressaltar que os jovens enfrentam taxas de desemprego mais elevadas do que os adultos em diferentes países e momentos históricos, em conjunturas de crescimento

ou de retração dos empregos (Castro e Aquino, 2008; OIT, 2009; Tokman, 2003). Conjunturas como a atual, onde se amplia a criação de empregos formais, são particularmente instigantes para tornar evidente a necessidade de políticas específicas direcionadas aos jovens no mundo do trabalho. Neste sentido, o crescimento econômico, embora fundamental para melhoria das condições de inserção dos jovens neste mercado, mostra-se insuficiente, dado o comportamento assimétrico das taxas de desemprego entre a população jovem: em períodos de contração ou de recessão, as taxas de desemprego juvenis elevam-se mais rapidamente em relação a dos adultos; e em momentos de expansão, diminuem mais lentamente. Este comportamento sugere a existência de causas específicas do desemprego dos jovens, para além daquelas que provocam o desemprego para a população em geral.

Os dados relativos à evolução da taxa de desemprego entre 1992 e 2006 explicitam esta situação. Segundo análise da OIT (2009), neste período, a taxa de desocupação entre jovens e adultos aumentou, mas os índices de desemprego dos adultos cresceram em uma menor proporção quando comparados aos dos jovens: entre os adultos acima de 25 anos passou de 4,3% para 5,6%, enquanto entre os jovens passou de 11,9% para 18%. No ano de 2006, enquanto a taxa geral de desemprego geral (para trabalhadores acima de 15 anos) era de 8,4% e para os adultos era de 5,6%, para os jovens entre 15 e 24 anos alcançava 17,8%, ou seja, era 3,2 vezes superior à dos adultos. Em números absolutos, havia, em 2006, 3,9 milhões de jovens desempregados.

Tal como em outras situações do jovem no mundo do trabalho, o desemprego apresenta-se de maneira heterogênea segundo as idades no tempo da juventude, a classe social, o sexo, a cor/raça, os níveis de escolaridade e locais de moradia. Nesta direção, mesmo singular em relação ao desemprego dos adultos, pode-se afirmar que o desemprego juvenil é plural. Assim como são várias as juventudes, também são vários os desempregos de jovens, o que fica perceptível tanto nos números quanto nas representações dos sujeitos que vivenciam essa situação.

Considerando-se a variável sexo, enquanto a taxa de desemprego entre as moças era de 23% no ano de 2006, o desemprego juvenil masculino era significativamente menor, alcançando o percentual de 13,8%. O desemprego também era mais elevado entre os jovens negros, atingindo 18,7% deles contra 16,7% entre os brancos. Com o cruzamento das variáveis sexo, cor/raça e grupos etários, as maiores desigualdades se fazem notar quando elas se sobrepõem: as maiores taxas de desemprego concentravam-se entre as jovens mulheres negras, obtendo 24,7%; entre as jovens brancas era um pouco menor, em torno de 21,2%. Já

entre os rapazes brancos, a taxa alcançava 12,9%, enquanto entre os jovens negros era de 14,6%. Esses números demonstram que, mesmo quando se adiciona a variável cor/raça, especificamente no que diz respeito às taxas de desemprego, a maior desigualdade encontrada é a de gênero, tanto para as mulheres jovens quanto para as adultas (OIT, 2009).

Em relação ao local de moradia, a taxa de desemprego é mais elevada entre jovens de áreas urbanas metropolitanas (24,8%) do que entre os jovens moradores de áreas urbanas não-metropolitanas (17,5%) ou entre os jovens dos moradores das áreas rurais (7,1%). Ainda referente ao local de moradia, notam-se desigualdades significativas em relação à região: o Sudeste apresentava as maiores taxas de desemprego juvenil (20,3%), seguida das regiões Centro-Oeste (17,7%), Nordeste (16,7%), Norte (14,8%) e Sul (14,3%). O desemprego juvenil também é mais elevado entre jovens que vivem em domicílios com renda domiciliar per capita de até um salário mínimo (acima de 20%) e mais baixo entre jovens que vivem em domicílios com renda domiciliar per capita acima deste valor, variando entre 10,2% e 12,7% (OIT, 2009).

De modo geral, observa-se um ingresso progressivamente tardio no mercado de trabalho entre aqueles com maior renda, ao mesmo tempo que a inatividade dos jovens mais velhos é maior nas famílias de menor renda, até porque, aqueles com renda mais elevada participam do mercado de trabalho mesmo como desempregados. Assim, a procura por trabalho é um sinal positivo em comparação com a inatividade, podendo representar apenas uma fase de transição entre ocupações. Os jovens das famílias de baixa renda, portanto, enfrentam situação mais adversa, não somente por sofrerem com as taxas mais altas de desemprego, como também pelos altos índices de inatividade, que podem significar a desistência pela busca por trabalho, tal como já assinalado (Corrochano et al., 2008).

Considerando-se a relação entre desemprego e escolaridade, o estudo anteriormente referido também demonstra que o desemprego não atinge apenas os jovens de baixa escolaridade. Entre os jovens estudantes desempregados, ainda que 20,8% cursassem o ensino fundamental, 48,7% já frequentavam o ensino médio e 19,8% estavam no ensino superior. No entanto, as desigualdades de renda, sexo e cor/raça também se manifestavam: dos jovens desempregados estudantes, a maioria dos que viviam em famílias com menores rendimentos cursava o ensino médio (51,9%), enquanto a maioria dos que viviam em famílias com maiores rendimentos cursava o ensino superior (63%). O nível de escolaridade entre as moças desempregadas que estudavam superava o observado entre os rapazes: estavam mais presentes no ensino médio (50,1% contra 47,1% dos rapazes) e no ensino superior (22,1% contra 17,2% dos rapazes). Apenas na faixa entre 25 e 29 anos, as jovens mulheres apresentam

níveis menores de escolaridade em relação aos jovens homens, provavelmente em função da constituição de família. As desigualdades entre negros e brancos mostrou-se ainda mais elevada do que a encontrada quando se avaliou a variável sexo, ficando mais evidente no caso dos jovens que chegam ao ensino superior: 39,2% de brancos e 13,8% de negros entre 18 e 21 anos; 63,3% de brancos e 31,7% de negros na faixa dos 22 aos 24 anos. Entre os desempregados que não estudavam, a situação dos negros também se mostrava pior, isto é, entre jovens desempregados, estudantes ou não, encontra-se maior proporção de jovens negros que não haviam completado o ensino fundamental (Corrochano et al., 2008).

Variados estudos têm buscado apresentar razões que ocasionariam maiores taxas de desemprego entre os jovens para além do crescimento econômico, que como vimos melhora, mas não torna o desemprego de jovens menor do que o dos adultos. Estudo da OIT (2009) assinala que as explicações para este fator podem ser encontradas na oferta e na demanda de trabalho. Do lado da oferta, há um custo menor para os jovens em abandonar seus empregos, dados seus baixos salários e a menor probabilidade em manter uma família quando comparados aos adultos, sem desprezar-se o contingente significativo de jovens que são chefes de domicilio ou contribuem para a renda familiar. Mas é preciso ter cuidado com este tipo de análise, visto que ela pode reproduzir idéia de que o jovem é menos responsável pelo rendimento doméstico e precisa menos de acesso ao trabalho do que os adultos. Isto também emerge do ponto de vista da demanda: em momentos de retração, as razões de muitos empregadores para demissão dos jovens se relacionam à percepção de que teriam menos responsabilidades em relação a suas famílias. Além disso, haveria maior probabilidade em demitir os jovens em função dos custos em relação aos adultos serem menores, por conta do menor investimento realizado na sua qualificação e treinamento e de custos mais baixos de indenização. Neste sentido, ainda segundo o referido estudo, pode tornar-se mais barato demitir um jovem do que um adulto em momentos de retração. Ao mesmo tempo, nestes momentos, a reação mais comum é a de suspender novas contratações, o que também atinge fortemente os mais jovens que representam parcela importante dos que procuram emprego (OIT, 2009).

Como assinala a análise da OIT (2009), a demanda por qualificação também representa demanda por experiência profissional. A falta ou limitada experiência profissional dos jovens é outra questão. Esta é uma das principais razões apontadas pelos jovens para sua dificuldade em conseguir trabalho, o que é sinalizado por alguns estudos qualitativos (Corrochano, 2008; Tartuce, 2007). Contudo, o que se chama de falta de experiência tem vários sentidos: para aqueles com menos idade, e em geral menos tempo de inserção, a falta de experiência

significa, para além da ausência do registro em carteira, a falta ou limitada vivência profissional; para jovens mais velhos ou com mais anos de trabalho, ainda que possam ter tido inúmeras experiências profissionais, falta-lhes o registro em carteira, fazendo com que alguns empregadores possam percebê-los como "sem experiência" quando, na verdade, já estão há muito tempo inseridos em diferentes trabalhos. Para determinados empregadores, a falta ou a limitada experiência dos jovens pode significar maiores custos para treinamento e também incerteza diante de sua contratação (OIT, 2009).

Outro tipo de argumentação assinala que não seria a falta de experiência, mas os elevados índices de rotatividade juvenil que explicariam os elevados índices de desemprego entre jovens. Segundo Madeira (2004), quando considerada a Região Metropolitana de São Paulo, apenas 10% dos jovens desempregados estariam em busca do primeiro emprego, o que leva a autora a concluir que a procura do primeiro emprego e, por conseqüência, o argumento da falta de experiência, não estaria relacionado às altas taxas de desemprego juvenil. Para Madeira (2004), seria preciso retirar o excessivo peso atribuído à falta de experiência para melhor compreender as altas taxas de rotatividade. Mas aqui são necessários alguns cuidados, como argumenta análise da OIT (2009): o fato dos jovens terem uma rotatividade maior parece ser consequência principalmente de sua inserção mais precária no mercado de trabalho, quando comparada a dos adultos e idosos. Assim, ainda que este debate mereça maior aprofundamento, cabe assinalar a importância em não remeter aos próprios sujeitos jovens as causas do desemprego.

No cenário de busca pelo emprego, algumas credenciais ganham muita importância, como escolaridade, experiência profissional, certificação e acesso às informações. O mercado de trabalho tem exigido mais anos de escolaridade e, ainda que isto nem sempre represente a ocupação dos melhores postos, trata-se de uma credencial importante para melhorar o lugar na "fila do desemprego". No âmbito do emprego formal, informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sinalizam que o ensino médio completo tem se constituído em uma espécie de "divisor de águas" no processo de obtenção de vagas. Entre os anos de 2003 e 2008, dos 3,1 milhões de novos empregos para jovens entre 18 e 29 anos, cerca de 2,9 milhões, ou seja, a quase totalidade dos vínculos estava associada a jovens com ensino médio completo. Entre os jovens com ensino superior incompleto a ampliação foi de 320 mil e para aqueles com ensino superior completo a expansão foi de 495 mil vagas. Já entre os jovens com ensino fundamental incompleto houve uma redução de 535 mil empregos e entre os que tinham fundamental completo a contratação foi de 101 mil.

Considerando que em 2008 apenas 38,6% da PEA juvenil entre 18 e 29 anos possuíam o ensino médio completo, apenas 7,1% possuíam o superior completo e um quinto dos jovens (20,5%) inseridos no mercado de trabalho ainda não havia completado o ensino fundamental (OIT, 2010), percebe-se a extrema relevância de uma Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude também considerar como prioridade a questão do acesso e da qualidade da educação dos jovens brasileiros.

Neste sentido, cabe assinalar que além dos anos de escolaridade, também se torna cada vez mais importante a qualidade da educação recebida: não apenas que curso realizou, mas em qual instituição e em que condições. O desemprego juvenil também pode ser exacerbado pela carência de informação dos desempregados sobre vagas e demandas do mercado, ao passo que os empregadores podem carecer de informações sobre os jovens e sua capacidade produtiva. Os jovens são mais afetados pela assimetria de informações em função de sua limitada experiência profissional. Com isso, diminui não apenas a chance de emprego assalariado, mas também as possibilidades de ocupação alternativa de emprego e renda.

Assim como o desemprego, a taxa de informalidade[10] é mais elevada entre jovens e esta situação também se agrava quando consideradas as condições de sexo e cor/raça. Do total

de 18,2 milhões de jovens brasileiros ocupados no ano de 2006, aproximadamente 11 milhões, isto é, 60,5% encontravam-se na informalidade, enquanto entre os adultos esse percentual era de 50,7%. Jovens mulheres, negros e moradores de áreas rurais apresentavam taxas de informalidade mais altas quando comparados a outros perfis juvenis, mas aqui as desigualdades de cor/raça e de local de moradia mostravam-se mais significativas do que as desigualdades de gênero, diversamente do que ocorria para as taxas de desemprego.

Enquanto a diferença entre as taxas de informalidade dos rapazes e das moças girava em torno de um ponto percentual (60,1% para os rapazes e 61,1% para as moças), entre os jovens brancos e negros a diferença atingia 17,4 pontos (51,5% entre brancos e 68,9% entre

[10] No relatório da OIT (2009) foram considerados informais os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência Social, os trabalhadores não-remunerados que atuam na construção para o próprio uso e na produção para o próprio consumo. Ao considerar estes últimos como informais, o autor acaba incluindo todos os agricultores familiares, o que, segundo sua própria observação, poderia ser questionado, já que estes são incluídos na Previdência Social como segurados especiais. De todo modo, mesmo excluindo as situações de trabalho na agricultura familiar, a informalidade permanece elevada no meio rural (OIT, 2009).

jovens negros)[11]. As desigualdades multiplicavam-se quando analisadas conjuntamente as variáveis sexo e cor/raça: a informalidade entre as jovens negras era extremamente alta, alcançando 71%. Entre as jovens brancas esse percentual era relativamente menor, atingindo 52%.

Em relação às grandes regiões do país, as taxas de informalidade nas regiões Norte (75,7%) e Nordeste (81%) eram significativamente mais altas do que no Sudeste (48,2%), Sul (49,7%) e Centro Oeste (55,3%). A taxa de informalidade também era elevada entre jovens com níveis mais baixos de escolaridade, caindo de 86,7% para os que tinham menos de um ano de estudo para 39,2% para aqueles que cursaram 15 anos ou mais. Isolando todas as demais variáveis, a chance de um jovem com até quatro anos de estudo estar na informalidade era o dobro em relação aqueles com doze anos ou mais de estudo.

Ao analisar a probabilidade de informalidade dos diferentes trabalhadores, o diagnóstico da OIT (2009) evidencia que fatores como baixa escolaridade, sexo, cor/raça e idade influenciam na perspectiva de inserção no setor informal. Com o mesmo número de anos de estudo, o mesmo sexo e a mesma raça, um jovem tem mais chances de estar no setor informal em relação a um adulto. A soma das taxas de desemprego e informalidade equivale ao que poderia ser caracterizado como o déficit de emprego formal juvenil, ou seja, ao percentual dos jovens economicamente ativos excluídos do trabalho decente pelo desemprego e pela informalidade. Esse déficit alcançava 67% da PEA juvenil em 2006. Apresentava-se mais elevado para as mulheres jovens (74% contra 70,7% entre os homens jovens) e para os jovens negros (74,7%) em comparação com os jovens brancos (59,6%) , e significativamente mais alto entre as jovens negras, alcançando quase 80% delas (mais precisamente 77,9%).

O citado estudo também evidencia uma pequena redução desse déficit entre 2001 e 2006 (de 70% a 67%), estreitamente relacionada à diminuição da informalidade, uma vez que as taxas de desemprego permaneceram em patamar elevado no período..

1.7 A posição na ocupação e as especificidades das condições de trabalho e salário

[11] Também chama atenção as elevadas taxas de informalidade entre amarelos (52,8%) e indígenas (64,6%) a despeito de sua menor participação no total de jovens ocupados entre 15 e 24 anos (em torno de 0,2%).

Refletir sobre a qualidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como sobre a necessidade de políticas que interfiram nesta questão, implica apresentar dados sobre o lugar ocupado pelos jovens no trabalho, seus salários, e jornadas.

De maneira geral, o trabalho não remunerado, para autoconsumo ou autoconstrução e sem registro em carteira, sinaliza possibilidades de precariedade, muito embora o registro em carteira nem sempre represente melhores condições de trabalho e salário. O próprio conceito de trabalho decente não corresponde ao trabalho com registro em carteira assinada, ainda que este último seja um indicador importante.

Conforme análise da OIT (2009)), em 2006 os dados da Pnad demonstravam que parte considerável dos jovens entre 15 e 24 anos ocupava a posição de empregado com carteira assinada, alcançando 35,5%, enquanto entre os adultos acima de 25 anos este percentual era de 31,5% – o que poderia indicar uma melhor posição na ocupação entre os jovens. No entanto, a proporção de jovens que trabalhavam sem carteira assinada era significativamente superior quando comparada a dos adultos: enquanto o índice entre estes últimos atingia 14,1%, entre os jovens elevava-se para 31,4%.

A pior situação dos jovens em relação à posição na ocupação também pode ser verificada ao avaliarmos sua menor presença em posições que sugerem maior precariedade, tal como o trabalho não remunerado (10,6%, contra 3,7% dos adultos). Já entre ocupações que podem sugerir menor precariedade, sua presença é maior, como na posição de funcionários públicos estatutários (1,3% contra 7,8% dos adultos) e empregadores (0,8% contra 5,5% dos adultos).

Vale assinalar que os jovens representam um menor número de trabalhadores por conta própria (9,3% contra 24,7%). Esta atividade não necessariamente remete a uma inserção mais precária, uma vez que o trabalho autônomo pode estar ajustado à legislação trabalhista. Entretanto, alguns estudos ressaltam que, especialmente entre jovens, esse tipo de trabalho é menos estruturado e remete mais a estratégias de sobrevivência do que à escolha do indivíduo por uma atividade empreendedora. De toda maneira, há menos jovens trabalhando por conta própria, o que pode ser um indicador preocupante, visto que essa menor presença está associada à menor experiência em gestão de negócios, menos disponibilidade de capital próprio e dificuldades de acesso ao crédito. Por essas mesmas razões, o estudo pontua a possibilidade estratégica do fomento a ações específicas e que não se limitem ao empreendedorismo individual, mas também sejam direcionadas ao coletivo, tal como a constituição de cooperativas.

A posição ocupada pelos jovens também se apresenta de modo diverso segundo diferentes faixas etárias, sexo, cor/raça, condição social e escolaridade, e algumas conclusões presentes no diagnóstico de Corrochano et al. (2008) contribuem para compreender essa diversidade. Considerando os jovens que trabalham entre 14 e 29 anos observa-se entre os adolescentes na faixa dos 14 aos 15 anos o predomínio de trabalho ilegal, uma vez que a grande maioria deles trabalha sem carteira assinada e, portanto não está inserida em situações de aprendizagem protegidas pela lei. Ainda sobre os mais novos, entre 16 e 17 anos, recaem as situações mais precárias de trabalho, com predomínio do trabalho sem carteira (empregados ou trabalhadores domésticos), os não-remunerados e os que desempenham atividades ligadas ao autoconsumo ou autoconstrução. A partir da faixa de 18 a 21 anos, a proporção de jovens com registro em carteira supera a dos que trabalham como empregados ou trabalhadores domésticos sem carteira.

No caso das moças, observa-se que as proporções de empregadas com registro em carteira é semelhante ao encontrado entre os rapazes na faixa de 18 a 21 anos. Entretanto, a maior precariedade do trabalho das moças adquire outros contornos, em função delas estarem mais presentes em outros tipos de trabalhos que podem indicar maior precariedade. Entre os jovens que só trabalhavam, as moças representavam maior proporção no trabalho doméstico: na faixa de 14 a 15 anos, e portanto em clara situação ilegal e em uma das piores formas de trabalho infantil, as moças representavam 31,8% e os rapazes 1,8%; entre aqueles com entre 16 e 17 anos havia 33,1% de moças e 0,8% dos rapazes[12]; já na faixa etária que vai dos 18 a 21 anos, 15,5% eram moças contra 0,6% dos rapazes. Também eram maiores as parcelas de mulheres que se dedicavam ao trabalho no autoconsumo ou na autoconstrução (4,7% contra 1,3% dos homens) ou a trabalhos não-remunerados (6,7% contra 5,3% dos homens).

Ainda tendo como referência a pesquisa anterior registra-se que, para os jovens negros, a situação de precariedade é recorrente em todas as faixas etárias. Além disso, o movimento de transição para situações menos precárias, conforme avançam as idades, revela-se mais rápido para os jovens brancos. Em relação à condição social, há diversas desigualdades. Entre os adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos que se dedicam apenas ao trabalho, registra-se proporções mais altas de jovens com renda mais elevada[13] nas situações

[12] Vale mencionar que o trabalho doméstico antes dos 18 anos foi proibido no Brasil pelo Decreto 6481 de 12 de junho de 2008.

[13]Cabe reiterar que no estudo de Corrochano et al. (2008), os jovens com renda mais elevada representam os 20% da população jovem (entre 14 e 29 anos) com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar per capita (topo da estratificação) e os jovens com menores rendimentos

de empregados (79,0% contra 57,4% dos mais pobres) e de empregadores (5,8% contra 0,6% dos mais pobres). Da mesma forma, os jovens de maior renda predominam na situação de empregados com carteira, 57,7%, contra 27,2% dos jovens com mais baixos rendimentos. Entre estes últimos predominam situações de trabalho infantil e as maiores proporções de empregados sem carteira (30,4%, contra 15,9% daqueles com renda mais alta), de trabalhadores domésticos (10,7%, contra 1,2% daqueles com renda mais elevada), de trabalhadores por conta própria (15,7%, contra 11,8% dos com renda mais elevada), os trabalhadores no autoconsumo ou autoconstrução (5,6%, contra 0,1% dos com renda mais elevada) e entre os trabalhadores não-remunerados (10,1%, contra 2,1% dos relativamente mais ricos).

A jornada de trabalho é outro aspecto extremamente relevante da inserção do jovem e objeto de debates significativos. Os dados da PNAD 2006 revelam que para 48% dos jovens de 14 a 29 anos que se dedicavam exclusivamente ao trabalho, a jornada situava-se entre 31 e 44 horas/semana, ainda que uma parcela significativa, 37,6%, registrasse jornada superior a 44 horas semanais. Na população de jovens de 14 a 29 anos que trabalham e estudam, 45,3% cumpriam uma jornada semanal de 31 a 44 horas. Quase 20% dessa população cumpriam jornadas de trabalho acima da legalmente estabelecida, proporção que alcança 25,2% dos jovens de 25 a 29 anos (Corrochano et al, 2008). Assim, observa-se que desde a adolescência os jovens trabalham muito e que o número de horas aumenta conforme avançam as idades.

Nesse sentido, medidas de flexibilização do tempo de trabalho que não levem em consideração as condições de trabalho e a remuneração, podem comprometer ainda mais a qualidade do trabalho do jovem. Ao analisar negociações coletivas sobre jornada de trabalho entre 1996 e 2003, estudo do Dieese (2005) revela tendência à intensificação e ampliação do tempo de trabalho mediante redução e flexibilização das garantias asseguradas por lei ou contrato coletivo de trabalho, tais como a instituição do banco de horas e a nova regulamentação do trabalho a tempo parcial, revisto a partir da Medida Provisória 1709/1998 e atualizado até a edição da MP 2164-41/2001, essencialmente acrescentando o artigo 58-A à CLT. O referido artigo prevê como "trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais", sendo o salário proporcional em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. Todavia, o dispositivo pode aplicar-se indistintamente a quaisquer trabalhadores, segmentos econômicos ou empresas,

---

representam os 40% da população jovem com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar per capita (base da estratificação).

como se pode inferir do instrumento legal acima mencionado, não havendo qualquer referência específica à condição juvenil, ou mesmo qualquer restrição à sua adoção.

Considerando-se a remuneração, merece destaque que a maior parte dos jovens recebia menos de dois salários mínimos em 2006, sugerindo a precarização da força de trabalho juvenil no mercado. Somente para os jovens entre 25 e 29 anos a situação é um pouco melhor. Contudo, conforme aumenta a idade, a distância entre o rendimento dos rapazes com relação às moças também é acentuada, sendo que o mesmo ocorre quando se avalia a situação dos jovens negros em comparação aos brancos. As diferenças em relação à classe social também são bastante significativas. Dos jovens considerados de baixa renda que só trabalhavam, 70% recebiam até um salário mínimo como rendimento pelo seu trabalho, percentual que alcançava 9,5% daqueles jovens relativamente ricos no mesmo grupo etário, dos 14 aos 29 anos (Corrochano et al., 2008).

No estudo da OIT (2009) ressalta-se, ainda, a estrutura setorial e das ocupações, no intuito de perceber a existência ou não de peculiaridades na alocação dos trabalhadores jovens em relação aos adultos, o que muito pode contribuir para formulação de políticas de apoio ao emprego juvenil. Tomando como base informações da Pnad 2006, observa que o comércio tem mais importância na ocupação dos jovens: em 2006, 4,1 milhões de jovens trabalhavam no comércio, o que representava 22,3% contra 16,4% dos adultos empregados no mesmo setor. Em relação à estrutura setorial, o padrão de inserção juvenil segue o do mundo adulto, uma vez que a grande maioria estava trabalhando no setor terciário. Considerando a distribuição dos jovens por grupo ocupacional, percebia-se sua maior presença entre ocupados como vendedores, prestadores de serviços do comércio e trabalhadores dos serviços administrativos, quando comparados aos adultos.

Ainda considerando a estrutura setorial, cabe observar a potencialidade de alguns setores para absorção da mão de obra jovem, tais como a cultura, o esporte e o turismo. O potencial da cultura refere-se não apenas ao desenvolvimento de atividades artísticas, mas também ao exercício de ocupações técnicas necessárias a sua realização, como nas artes cênicas e cenográficas, artes plásticas e na produção musical.

Na área do esporte, as inúmeras modalidades esportivas existentes e a realização nos próximos anos, de competições esportivas mundiais, no país, teriam como efeito imediato o emprego de grande contingente de preparadores esportivos e, em tempo relativamente curto, a formação de atletas que poderiam ser empregados por empresas, consórcios de empresas,

fundações e organizações não governamentais. As possibilidades de desenvolvimento dos negócios do esporte também seriam muito promissoras.

No turismo, as possibilidades de um país de tamanho continental, permitem traçar estratégias de desenvolvimento do setor, com a preocupação de geração de emprego protegido.

Vale ainda destacar a importância de incorporarem-se informações oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego quanto às tendências recentes da dinâmica ocupacional no mercado de trabalho. Como exemplo, as três principais ocupações que mais tem gerado oportunidades para a população juvenil entre 16 e 29 anos de idade são as de agentes, assistentes e auxiliares administrativos, operadores do comércio em lojas e supermercados e operadores de telemarketing. Entre as ocupações que menos tem gerado chances de trabalho formal encontram-se os trabalhadores nos serviços de coletas de resíduos, limpeza, professores de nível superior e médio do ensino fundamental e trabalhadores da preparação da confecção de calçados (OIT, 2010). Ainda que não seja possível uma análise aprofundada dessas tendências no âmbito deste estudo, vale assinalar a importância em considerar estas tendências na Agenda, utilizando-se de informações que são públicas e disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Vale ainda notar que tal análise remete a ações de curto prazo, relacionadas a distorções ou necessidades do mercado de trabalho juvenil no tempo presente, bem como ações de médio e longo prazos, relacionadas com a própria transformação do perfil socioeconômico e reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro ao longo das próximas décadas, sendo relevante a consideração dos estudos demográficos e dos projetos estratégicos para o país no tempo futuro.

Por fim, cabe ainda agregarmos a esta análise de dados estatísticos uma reflexão sobre a chamada “empregabilidade” e a qualidade dos postos de trabalho ocupados por jovens no Brasil, provenientes de estudos qualitativos, o que será objeto do próximo tópico.

1.8. Alguns casos concretos: jovens trabalhadores no setor de telemarketing e jovens trabalhadores nos canaviais

Um subsídio relevante para iluminar algumas situações concretas vividas por jovens trabalhadores advém da pesquisa *Juventude e Integração Sul-Americana: caracterizações de situações-tipo*[14], que dentre outros segmentos juvenis, investigou as percepções de demandas dos jovens migrantes que trabalham no corte manual de cana-de-açúcar e no setor do telemarketing. Trata-se, portanto, de dois setores de fundamental importância para se perceber situações concretas experimentadas por jovens trabalhadores nos meios rural e urbano, como também para apreender demandas obscurecidas por dois segmentos do mercado formal que têm absorvido crescentemente a força de trabalho juvenil.

No estudo específico sobre os trabalhadores no setor do telemarketing, elaborado por Corrochano e Nascimento (2007), pode-se aferir que se trata de um segmento em franca expansão nas áreas urbanas do Brasil desde os anos 1990 e onde há predominância do trabalho feminino[15] e juvenil. Em 2005, os trabalhadores jovens representavam 52% do total, quando considerada a faixa dos 16 aos 24 anos, e chegavam a 72,5%, quando considerada a faixa dos 15 até 29 anos. O trabalho como operador de telemarketing ocupava o terceiro lugar dentre as ocupações que mais cresceram entre os jovens na faixa de 16 a 29 anos, saltando de 90.341 postos em 2003 para 265.299 em 2008. Além disso, alcançou o 9º lugar dentre as ocupações com maiores estoques para esta mesma faixa etária no ano de 2008 (RAIS, 2010).

Segundo o referido estudo, uma primeira explicação para a grande presença juvenil no setor de telemarketing residiria na baixa exigência de qualificação formal (ensino médio concluído e conhecimento básico de informática) por parte das empresas, enquanto para os jovens, o atrativo estaria na assimilação de trabalhadores sem experiência prévia e na jornada semanal (entre 20 e 36 horas), que aparentemente permitiria conciliar o trabalho com os estudos. Entretanto, a análise revelou que a alta contratação de jovens também está

---

[14] A pesquisa foi realizada em 2007 pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e o Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), com o apoio da organização canadense International Development Research Centre (IDRC). O foco foram os jovens que participam de organizações e movimentos juvenis na América do Sul, a partir de 19 situações-tipo. Cada uma destas situações envolveu especialistas no referido tema estudado e gerou um relatório específico. No Brasil, além dos trabalhadores do telemarketing e nos canaviais, foram considerados os seguintes segmentos: estudantes urbanos engajados no movimento pelo passe livre, militantes do movimento hip hop, participantes de projetos sociais organizados no Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e atores variados envolvidos no Acampamento Intercontinental da Juventude do Fórum Social Mundial.

[15] Como assinalou Selma Venco (2006), as centrais de atendimento se conformaram em espaços femininos, pois a jornada de trabalho inferior a de outros segmentos econômicos permite às mulheres conciliar atividades produtivas e domésticas. Além disso, sendo uma ocupação em que se exige a competência de se trabalhar sob forte pressão e controle do tempo, a alta empregabilidade de mulheres é justificada pelos empresários pelas "características naturais" a elas atribuídas, tais como a paciência e a flexibilidade para lidar com clientes, bem como a docilidade no tom de voz.

relacionada a algumas representações sociais, tais como: facilidade de adequação dos trabalhadores mais novos às condições específicas do setor, maior capacidade de assimilar o treinamento básico necessário e, principalmente no caso daqueles oriundos de famílias de baixa renda, de suportar as pressões para o cumprimento de metas de atendimento.

Assim, ainda que o setor de telemarketing venha se caracterizando como porta de entrada de parcela importante dos jovens brasileiros no mercado formal, sobretudo daqueles no meio urbano que completaram pelo menos o ensino médio, também sugere discussões sobre suas condições de inserção e trajetórias profissionais. Considerando o caso dos teleoperadores, que representam a maioria dos trabalhadores do setor, a remuneração acordada em dissídio da categoria em São Paulo, em 2007, estabelecia em R$ 577,28/mês o piso salarial para operadores não comissionados e R$527,98/mês para os comissionados que cumprem a jornada de 36 horas semanais. Além dos baixos salários, a exigência de produtividade – seja na execução das metas pré-estabelecidas de vendas ou quitação de débito (no caso do telemarketing ativo e cobrança), seja na redução do tempo de atendimento receptivo – faz das centrais de atendimento espaços de cobrança exacerbada e de exposição dos operadores e supervisores a constantes ações de assédio moral. Outras particularidades do trabalho no setor, como o uso excessivo do computador e do telefone e o cumprimento de dupla jornada ou horas-extras para complementar a renda, são responsáveis pela grande incidência de doenças psicossomáticas (estresse, depressão e síndrome do pânico) e outras relacionadas ao esforço repetitivo (inflamações nos tendões, dores no pescoço e na coluna etc.), desencadeando alta rotatividade.

No caso dos trabalhadores nas lavouras canavieiras, as análises de Novaes et al. (2007) levantam instigantes pistas sobre as oportunidades de trabalho para os jovens menos escolarizados do meio rural, um contexto onde se discute também a expansão dos agronegócios, a implementação de uma nova estrutura gerencial e administrativa nas empresas, e a própria incorporação de novas tecnologias. O corte manual da cana representava, em 2007, cerca de 65% do sistema utilizado para a colheita, o que, dentre outras justificativas, ancorava-se no baixo custo do trabalho e no aumento da produtividade obtida com o trabalho não-mecanizado.O trabalho nos canaviais configurou-se, nos termos dos autores, em um “nicho de mercado para os jovens”. Na faixa dos 18 aos 29 anos, eles representavam pouco mais de 60% dos trabalhadores da região onde foi realizada a pesquisa de campo. E eram, sobretudo, jovens pobres, filhos de pequenos agricultores, migrantes nordestinos e com baixa escolarização, já que cerca de 80% sequer haviam concluído o ensino fundamental.

Da parte dos jovens, foram vários os atrativos identificados no trabalho do corte de cana: possibilidade de registro em carteira e de ganhos mais elevados, baixa exigência de qualificação profissional, oportunidade de ocupação em um período de plantio em suas regiões de origem e, com ela, a garantia de sobrevivência da família, ou mesmo, de acessar itens de consumo. Da parte dos empregadores, o que se valorizava, fundamentalmente, era o vigor físico, daí a predileção pelo trabalho juvenil e de migrantes cujos corpos foram disciplinados pelo trabalho com a enxada.

Tal como no setor do telemarketing, a alta empregabilidade de jovens nas lavouras de cana – e neste caso de um maior número de homens – também estaria relacionada a algumas representações enraizadas no tecido social. A meta diária para cada trabalhador gira em torno de 10 toneladas de cana, ditada pela competição com as máquinas. Deste modo, exige-se muita produtividade, eficiência e disciplina no trabalho. Mais do que isso, pressupõe-se certa disposição para o trabalho que é frequentemente associada a um momento específico do ciclo da vida, o da juventude, quando haveria uma busca incessante por "ser alguém na vida" e por se planejar metas presentes e futuras.

Em nome do desejado registro em carteira e da possibilidade de ganhos maiores, aliada a benefícios como cesta básica e alimentação, esses jovens trabalhadores nos canavieiros submetem-se a um ritmo intenso para alcançar as metas de produtividade, que inclusive são premiadas pelos empregadores. São trabalhadores que realizam movimentos repetitivos e estão expostos a constantes riscos de adquirirem doenças como tendinites e bursites, bem como estão sujeitos a ferimentos por conta do uso de instrumentos de corte e até mesmo a morte por exaustão. Além disso, assinam contratos de trabalho que implicam um período de seis meses longe de suas famílias e sujeitam-se, em nome da maior produtividade e dedicação, a viver em alojamentos coletivos, casas ou quartos alugados, sob o olhar atento e permanente dos supervisores. O exemplo dos jovens canavieiros remete a importância em assinalar algumas especificidades advindas do próprio debate em torno da juventude rural[16] e da necessidade de um aprofundamento das mesmas no âmbito de uma Agenda de Trabalho Decente para a Juventude.

---

[16] Cabe destacar que o termo juventude rural unifica categorias sociais e identitárias distintas do campo e da floresta, como extrativistas, seringueiros/as; quebradeiras de coco babaçu; pescadores/as; marisqueiros/as; agricultores/as familiares; trabalhadores/as assalariados/as rurais, meeiros/as; posseiros/as; arrendeiro/as; acampados/as e assentados/as da reforma agrária; artesãos/ãs rurais que têm como unidade a identidade cultural com a terra e o direito ao reconhecimento como cidadão.

Se a presença do trabalho é bastante significativa entre os jovens moradores de áreas urbanas, entre os jovens moradores de áreas rurais ela é ainda mais forte, como evidenciaram alguns dados anteriormente apresentados. A despeito disso e embora nos últimos anos tenham sido observadas ações na perspectiva de ampliar a visibilidade da juventude rural, como a proposição de ações específicas no conjunto de políticas públicas destinadas aos jovens e a criação do Grupo de Trabalho sobre Juventude Rural no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF)[17], trata-se ainda de uma categoria pouco visível, muito heterogênea e sujeita a vários estereótipos (Carneiro, 2005).

A despeito da inegável diminuição da porcentagem de jovens e de adultos que vivem nas áreas rurais nas últimas décadas, os jovens que vivem no campo representam uma parcela significativa da juventude brasileira: segundo dados da Pnad (2006), totalizavam 5,8 milhões entre 15 e 24 anos, ou seja, 16,7% da população juvenil nesta faixa etária contra 83,3% (28,9 milhões) dos jovens que viviam em áreas urbanas. O olhar para esta juventude pressupõe romper com a imagem predominante do jovem rural como um "jovem campesino de 16 anos de idade, analfabeto funcional, que já se casou, tem filhos e trabalha na agricultura familiar" (Durston, 2000, p. 4). Esta imagem não corresponde a todos os jovens rurais. Nem todos se dedicam apenas ao trabalho agrícola, muitos transitam intensamente entre o campo e a cidade, seja para trabalhar, estudar ou encontrar alternativas de cultura e lazer. Também as trajetórias podem ser muito diversas a depender do tipo de área rural em que se vive, da renda da família, dos níveis de escolaridade alcançados e fundamentalmente do sexo, o que remete a significativas desigualdades de gênero.

Uma Agenda de Trabalho Decente para a Juventude pode contribuir para ampliar a visibilidade das questões deste segmento específico que tem sido apontado por diferentes estudos e movimentos.

De maneira bastante sintética, algumas destas questões seriam: a necessidade de extensão e melhoria da educação, contemplando a elaboração de planos de ensino que

---

[17] A criação do GT Juventude Rural consta da resolução no. 66 de 02 de setembro de 2008 do Condraf. O GT tem como objetivos formular proposta de política do Condraf para a juventude rural, a propor adequação e focalização de programas para a juventude rural sob a responsabilidade de outros Ministérios, de forma integrada às ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário; consolidar essas propostas em torno do Plano Nacional de Juventude, de forma articulada e coordenada; e promover o debate em torno do pacto da juventude, de modo a efetivar parâmetros e diretrizes da política nacional de juventude por meio da articulação entre agentes governamentais, sociedade civil e movimentos juvenis (www.mda.gov.br/ consultado em 26/2/2010)

contemplem a diversidade cultural das regiões rurais; a possibilidade de jovens solteiros de ambos os sexos também serem beneficiados pela Reforma Agrária, contribuindo para seus projetos de autonomia, a implementação de projetos de geração de trabalho e renda na área rural destinados especialmente para atender às necessidades da juventude; a ampliação de opções de trabalho não agrícolas que poderiam surtir efeitos positivos sobre a juventude, bem como a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas, criando saídas para aumento da renda familiar e individual; a constituição de espaços valorizados de inserção econômica e social da mulher. Além disso, respeitando a diversidade, é fundamental reforçar as condições de reprodução da agricultura familiar de maneira que ela possa cumprir sua função de empregadora de mão de obra e produtora de alimentos para a sociedade e para o autoconsumo (Carneiro, 2005; Ferreira e Alves, 2009). Por fim, quando se trata de juventude rural, também é relevante a dimensão de gênero, abrangendo questões relativas à propriedade, "à herança, à hierarquia entre os gêneros no interior do grupo familiar e às condições sociais de reprodução social da agricultura familiar, em especial quanto ao casamento ou, visto de outro lado, à ameaça do celibato masculino no campo" (Carneiro, 2005, p. 261).

Em síntese, os exemplos extraídos do contexto recente de organização do trabalho tanto no meio rural quanto urbano explicitam a necessidade de políticas específicas para os jovens brasileiros. Em ambos os casos, a superação da difícil barreira do primeiro emprego com registro em carteira em dois "nichos de trabalho juvenil" pode desencadear percursos de inserção precária: baixos salários, forte exposição a riscos à saúde e integridade física, pressão e assédio moral no ambiente de trabalho, entre outros aspectos.

Referências Bibliográficas

AGENDA NACIONAL DO TRABALHO DECENTE. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006

ABRAMO, H.et al. *Pesquisa sobre juventudes no Brasil*. Relatório nacional. São Paulo, 2009.

ABRAMO, H. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*: *análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pnad 2008: primeiras análises (juventude). *Comunicado da Presidência*, n°36. Brasília, IPEA, 2009 <Disponível em: www.ipea.gov.br, acessado em 08 de dezembro de 2009>.

____. ____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Medida Provisória Nº 2.164-41, de 24 de Agosto de 2001. Brasília, 2001. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm, acesso em 12 de março de 2010>.

CACCIAMALI, M. C. e BRAGA, T. “A armadilha social destinada aos jovens”. In: CHAHAD, J. R. Z.; CACCIAMALI, M. C. *Mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003. p. 469-499.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição***.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

_____et al. (2009). Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.M.; ANDRADE, C. C (org,). Brasil. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, J. A. e AQUINO, L. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Texto para Discussão nº 1.335. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, abril de 2008.

CARNEIRO, M. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (org.). Retratos da Juventude Brasileira. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

CONJUVE. Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas. Brasília, Conjuve, 2006. 2ª edição.

CORROCHANO, M.C. *Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

_____. *O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens participantes do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2008.

_____. e NASCIMENTO, E. P. *Jovens, sindicato e trabalho no setor do telemarketing*. Relatório de situação-tipo para a Pesquisa juventude e integração sul-americana. São Paulo, 2007.

_____. et al. *Jovens e Trabalho no Brasil – Desigualdades e Desafios para as Políticas Públicas.* São Paulo, 2008.

CUNHA, G.C. E SILVA, A. M.. *A Política Nacional de Trabalho para a Juventude em Sua Primeira Infância: Notas para uma Avaliação Preliminar Sobre o Programa Primeiro Emprego (2003-2007)* apud CONSTANZI, R.G. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

DIEESE. Jornada de Trabalho – Negociações coletivas – 1996-2004. Estudos e Pesquisas, ano II, n.16, 2005.

DURSTON, J. Juventud rural y desarrollo en America Latina – esteriótipos y realidades. In: SOLUM, D. Adolescencia y Juventud en America Latina. San Jose de Costa Rica, 2000.

FERREIRA, B.; ALVES et al. (2009). Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.M.; ANDRADE, C. C (org.). Brasil. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

FONTOURA, N.; PINHEIRO, L. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.M.; ANDRADE, C. C (org.). Brasil. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

GONZALEZ, R. *Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009, no prelo.

GUIMARÃES, N. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P .M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005a. p. 149-174.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: _____; SILVA, N. V. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.147-172.

HEILBORN, M. *O aprendizado da sexualidade.* Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

IBASE/PÓLIS. *Pesquisa: Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis.* Relatório Nacional – Brasil. São Paulo, 2007.

MADEIRA, F. R. "A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.18, n.2, p. 78-94, abr.-jun. 2004.

MARUANI, M. *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard, 2002 .

_____. *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte, 2000.

NOVAES, J.R.P et al. *Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão*. Relatório de situação-tipo para a pesquisa Juventude e integração sul-americana. Rio de janeiro, 2007.

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE. Brasília, Ministério do Trabalho e emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004, 82p. PLANO NACIONAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE. Brasília, 2010.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher, 2000.

SPOSITO, M. E CORROCHANO, M.C. "A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil". *Tempo Social*, 17 (2): 141-172, 2005.

TARTUCE, G. L. *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOKMAN, V. *Desemprego juvenil no cone sul: causas, conseqüências e políticas. In: Desemprego Juvenil no Cone Sul: uma análise de década*. Fundação F. Ebert, 2003.

TUEROS, M. "Potencial emprendedor juvenil en la región y sus políticas e instrumentos de promoción. In: Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Documentos de Base Volumen II: Lima, 2007.

VENCO, S. *Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing***.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.